

Colóquio debate a culpabilização de vítimas de violência pela mídia

Evento sobre violência de gênero debate a forma como a imprensa retrata mulheres que sofrem violência

[\(Correio Braziliense, 28/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O **1º Colóquio de Violência de Gênero e Mídia** abordou também casos em que a vítima é acusada pela própria mídia. O evento acontece nesta quinta-feira (28/11), em uma parceria entre o Correio Braziliense e o Comitê Permanente da Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal. Enquanto o primeiro painel tratou da reprodução de estereótipos de gênero, o segundo teve como tema *Feminicídio e a culpabilização da vítima: problema da mídia?*.

A consultora internacional em direito das mulheres Roberta Gregório abriu a segunda rodada de palestras. Ela falou sobre como o discurso da mídia, em especial da publicidade, que incentiva a violência contra a mulher ao objetificá-la, seja glamourizando a agressão contra ela ou hiperssexualizando o corpo da mulher negra. “Tudo isso faz parte de uma mesma dinâmica de violência”, afirma.

Roberta destacou que, se por um lado a mulher é desumanizada, os homens costumam ser humanizados quando praticam alguma violência contra elas, sempre com alguma justificativa como “motivado por ciúmes” e, muitas vezes, culpabilizando a vítima. Ela ainda criticou o uso de justificativas em casos de violência contra mulheres. “Ninguém vê um assalto justificado por ganância, por exemplo.”

Problematização

Em seguida, foi a vez de Luciana Gomes, representante do Instituto Patrícia

Galvão. Ela reforçou que os relatos das mulheres costumam ser questionados, e as mulheres são responsabilizadas pelo que sofrem.

Coautora do [***Dossiê Femicídio: #InvisibilidadeMata***](#), divulgado pelo Instituto Patrícia Galvão, ela pontuou alguns aspectos na cobertura jornalística de casos de feminicídios. Segundo Luciana, a forma como é relatado o fato também tem impacto social. “A mulher que sobrevive é muito mais culpabilizada do que a morta. É preciso ter um compromisso perene no combate à violência doméstica, principalmente em como ela é retratada.”

Entre os pontos levantados está o cuidado na apuração e como isso é repassado ao público, além de divulgar informações de ajuda e suporte para a população. “O feminicídio não é a primeira violência, faz parte de um processo cíclico”, declarou Luciana. “Citar o que é feminicídio e o contexto onde ocorre pode salvar uma vida. Muitas vezes a mulher está passando por uma situação de agressão e não tem consciência disso.”

Femicídio

A última palestra do evento foi dada por Cleide Lemos, especialista em políticas públicas e gestão governamental, assim como direitos humanos. Ela definiu o feminicídio como o “silenciamento final” e lembrou do processo que deu origem à Lei nº 13.104/2015, que criou a qualificadora em crimes de homicídio.

Ela elogiou o protocolo da Polícia Civil que, em casos de mortes de mulher em circunstâncias de violência, a investigação é tratada como feminicídio, o que pode ser reclassificado mais tarde, se for o caso, e lembrou a CPI do Femicídio, instituída na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). Cleide criticou a primeira sessão, em que o secretário de Segurança Pública Anderson Torres foi ouvido a portas fechadas.

Cleide lembrou que os coletivos feministas não estão parados e que diversas ações nas cidades têm mostrado à população que a violência se faz presente diariamente. “Nós precisamos falar. Não podemos nos calar porque isso é compactuar com a morte e com a nossa inexistência.”

Por Cibele Moreira, Mariana Machado e Renata Rusky